

# Patrões pressionam para mudar OE “desastroso”



Os representantes das empresas juntaram-se em conferência de imprensa para tentarem convencer o Governo e o PS a adotarem mais medidas em sede de discussão na especialidade.

As principais confederações patronais do país voltaram a estar juntas em conferência de imprensa. Criticam agora a “falta de ambição” do Orçamento para este ano, numa fase difícil para as empresas.

**VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA**  
vitoroliveira@negocios.pt

O Conselho Nacional das Confederações Patronais está muito pouco satisfeito com a proposta orçamental do Governo e apela a que o Partido Socialista promova mudanças durante a fase da especialidade, de forma a incorporar algumas das medidas que têm sido defendidas pelo patronato.

A conferência de imprensa que juntou a CIP, a Confederação do Turismo (CTP), a Confederação do Comércio e Serviços (CCP), a

Confederação dos Agricultores (CAP) e a Confederação da Construção e do Imobiliário (CPCI) não serviu para apresentar novas medidas — e, por vezes, os patrões até se esquivaram a dar exemplos do que pretendem, porque “as propostas valem em conjunto” —, mas antes para pressionar o Executivo a pôr em prática o caderno de encargos que estas organizações já apresentaram e defenderam no início de fevereiro — antes da invasão russa e da apresentação da proposta de Orçamento.

Um documento “perfeitamente desastroso”, na opinião de João Vieira Lopes, presidente da CCP, e que manifesta “muito pouca ambição”, nas palavras de António Saraiva. “Não corresponde à nova realidade” do país, defende o presiden-

ta CIP, que critica o Governo por não aproveitar a maioria absoluta conquistada para dar outro rumo à economia portuguesa.

Lamentando também que a proposta continue “muito aquém

do que seria desejável”, Manuel Reis Campos, presidente da CPCI, sublinhou que são “muito poucas as medidas para as empresas” numa conjuntura “marcada pelo aumento dos preços”.

Já Francisco Calheiros contestou “a carga brutal fiscal sobre empresas e famílias”, que precisaria de medidas no OE2022, embora o presidente da Confederação do Turismo também entenda que o Governo pode resolver alguns dos problemas do país sem que haja qualquer impacto orçamental. Por exemplo: a “falta de mão de obra terrível”, que diz ser transversal a todos os setores da economia. “Não há mais capacidade instalada” e, por isso, considera ser “fundamental mais investimento na imigração”, assim haja

vontade do Governo em tirar do caminho os “problemas burocráticos” que existem neste capítulo.

Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da CAP, espera “que o Governo se disponibilize para dialogar”, de forma a “adaptar o OE à nova realidade”. As confederações prometem reclamar novas medidas junto do primeiro-ministro e do Presidente da República com o intuito de forçar alterações durante a discussão na especialidade.

Criado em 2021, o Conselho Nacional das Confederações Portuguesas lançou em fevereiro um documento com “desafios e ambição para a legislatura”, em que defendeu a diminuição da carga fiscal e a celebração de um pacto social para o crescimento, entre outras medidas. ■

**As confederações lamentam que o Governo não esteja a adotar mais medidas.**